

Lara Mallet, Maria Louize Mascarenhas e Maria Luíza Faisca (G2)

***Her birth and her death, Palestinian:***

**Natalidade e Resistência no Conflito Israel e Palestina**

***Resumo/Abstract***

Este policy briefing pretende analisar o papel da natalidade como arma de guerra e ferramenta de resistência, se debruçando, especificamente, no caso palestino. Historicamente, a taxa de natalidade na Palestina tem sido afetadas pelos conflitos, refletindo a complexa realidade das mulheres palestinas. Estudaremos a relação entre as mudanças nas taxas de natalidade e o número de nascimentos total com os embates entre Israel e Palestina para entender como estes marcadores se comportam nessas condições. Assim, a discussão presente busca entender como as mulheres palestinas, diante de adversidades extremas, utilizam a natalidade como uma forma de resistência e de resiliência. Desse modo, a intenção desse policy briefing é promover uma compreensão das dinâmicas de poder no conflito entre Israel e Palestina e a importância da agência feminina na luta pela independência, sobrevivência e identidade cultural buscando, também, entender se existe uma instrumentalização do corpo dessas mulheres.

***Her dreams, and sorrow, Palestinian***

Quando se fala em conflitos armados, a direção mais comum para as quais se voltam o pensamento são os confrontos diretos entre organizações militares, sejam elas exércitos oficiais ou grupos revolucionários. No entanto, guerras também envolvem fatores que acontecem no entorno, mobilizações silenciosas - individuais ou não - principalmente dos indivíduos que não fazem parte dos combatentes, fomentam esses conflitos tanto quanto. Nesse sentido, as lutas por libertação nacional compreendem uma paixão popular que se torna essencial para mobilizar a opinião pública e manter apoio à resistência de modo que seja mais possível alcançar a vitória nos períodos de guerra, conforme apontado nas teorias clausewitzianas.

O conflito centenário entre o governo israelense e a população palestina apresenta processos muito específicos relacionados à comunidade árabe-palestina e seus métodos de

resistência, nesse sentido, é possível perceber uma agência muito significativa das mulheres palestianas na luta contra a ocupação israelense. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é entender especificamente a agência dessas mulheres no que tange a sobrevivência da comunidade palestina através da natalidade. A população palestina habitante dos territórios ocupados se manteve mesmo com os constantes processos de expulsão, expropriação e dizimação propriamente dita dessas comunidades, que há anos são violentadas, têm seus direitos negados e buscam, dentro dos meios que lhes são cabíveis, continuar lutando pelo seu povo.

A partir da análise das taxas de natalidade, de fertilidade e também dos índices de mortalidade e incapacitação perante aos ataques israelenses, tentaremos entender se esse processo é um instrumento utilizado de fato por essas mulheres, que passam a ser vistas como o "útero da nação". Para além disso, apresentaremos também o outro lado da questão, que parte de uma percepção contrária a essa agência feminina como forma de empoderamento, quando algumas mulheres acabam se enxergando na obrigação de se reproduzir para cumprir com as expectativas impostas pela sua comunidade.

Nesse sentido, vamos trazer um panorama histórico da região, passando pelos períodos de dominação aos quais o povo que a habitava foi imposto até chegar no conflito atual. Em sequência, vamos apresentar os dados referentes à vida das mulheres palestinas no território e às taxas de natalidade e fertilidade em outros momentos de conflito armado direto como as Intifadas e a Operação Margem Protetora. Será apresentado o posicionamento de algumas mulheres palestinas e como elas entendem a relação entre natalidade e resistência, e como é entendido por elas essa instrumentalização dos corpos, que é promovida por ambos os lados do conflito. Assim, será possível enxergar como as mulheres se tornam a principal arma de guerra de uma "nação ameaçada pelo desaparecimento." (ISA, YUSUF al-ISA; 1914).

### ***Was it your departure that rushed the lyre or was it my silence?***

Para que seja possível abordar as especificidades do conflito entre Israel e Palestina, se faz necessário retroceder a tempos antigos, muito anteriores ao início do movimento sionista. O território onde hoje existe o Estado de Israel é chamado de Palestina, e começou a ser povoado há cerca de 100.000 anos, por povos nômades vindos da África. No entanto, as primeiras comunidades sedentárias que começaram a povoar o território palestino datam de 11.000 anos atrás e foram elas que deram continuidade ao

processo de ocupação das terras. A Palestina foi organizada em Cidades-Estado sob comando egípcio durante um período considerável do II milênio a.C (PRAVALER, 2024) e seus habitantes eram chamados de cananeus e fenícios (o primeiro tratando das comunidades que baseavam seu sustento no trabalho no solo, enquanto o segundo se refere às comunidades que se estruturavam a partir do comércio marítimo), além disso, receberam muitos imigrantes vindos de outras regiões do Mediterrâneo, sendo os mais conhecidos os nomeados filisteus - que fundaram pequenos reinos como Gaza, Ascalom e Ecom (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2019).

Em contrapartida, o povo judeu teve sua origem na Mesopotâmia, região que hoje pertence a República Popular Democrática do Iraque. Seguindo os costumes do povo daquela região, os judeus eram semitas (o termo se refere principalmente aos povos hebreus e árabes, e tem origem no livro do Gênesis, referindo-se à linhagem de descendentes de Sem, filho de Noé) e politeístas. De acordo com a tradição judaica, Abraão, considerado o fundador da nação hebraica, recebeu um chamado divino para que ele, juntamente com seu povo, abandonassem as práticas politeístas e se dirigissem à Canaã. Não de forma completamente pacífica, mas os reinos filisteus (já existentes) e hebraicos (advindos do chamado de Abraão) coexistiram durante séculos, até serem conquistados e anexados pelos Império Assírio em 722 a.C. (IBA MENDES, 2014). O Reino de Israel foi dizimado pelos assírios, enquanto os filisteus se mantiveram sob domínio do império. Muitos processos se deram sequencialmente, após a destruição do império Assírio, a região da Palestina foi dominada pela Babilônia e cerca de oito décadas depois foi anexada pelo Império Persa.

Já em 63 a.C. o Império Romano toma o controle do território, e foi nesse período que a região foi nomeada Palestina. Após sete décadas do nascimento de Jesus Cristo, os romanos expulsaram os judeus do território, ação motivada por processos de movimentos nacionalistas desejando independência. A região passou por momentos controversos, tendo perseguido cristãos e judeus durante alguns séculos, afastando toda essa população da região, entretanto, o cristianismo foi decretado como religião oficial do Estado sob comando do imperador Constantino, nesse período, o domínio do império se expande para o Oriente até acontecer a cisão do Império Romano, fazendo com que a Palestina ficasse sob domínio do Império Bizantino.

O nascimento do islamismo a partir da missão profética de Maomé muda mais uma vez a configuração da região chamada Terra Santa, de modo que os árabes convertidos ao

islamismo conseguiram difundir a religião por todo o território, invadindo cidades e perseguindo os cristãos que ali habitavam. Os muçulmanos dominaram a Terra Santa até o período das Cruzadas (1099 - 1291 d.C.), que tiveram como objetivo retomar os locais santos cristãos e converter os árabes-muçulmanos da região ao cristianismo. O território ainda ficou sob comando dos mamelucos da dinastia muçulmana do Egito (que não tinham tanto interesse na dominação religiosa e permitia as práticas religiosas individuais), até ser dominado pelos turcos otomanos, que venceram os mamelucos, conquistaram Constantinopla (e a renomearam para Istambul), e construíram as portas e muralhas de Jerusalém, as quais permanecem até os dias atuais. O império Otomano se manteve no controle da região durante muitos séculos (1516 a 1917), até serem derrotados na Primeira Guerra Mundial e ter sido dividido entre os ingleses (que ficaram com as regiões referentes ao Kuwait, Iraque, Jordânia e Palestina) e os franceses (que ficaram com o Líbano e a Síria). (PAREDES, 2021).

### ***The door of our home and the autumnal threshold migrated***

No início do século XX grande parte dos judeus que habitavam a Palestina seguiam valores culturais semelhantes aos muçulmanos e cristãos da região, e viviam de forma pacífica com os mesmos, eram em sua maioria judeus ortodoxos, anti-sionistas e se entendiam como parte da comunidade árabe-palestina. Foi nesse período que o Império Otomano começou a ruir, com a perda de territórios devido às guerras no Líbano e nos Balcãs, seguidas da Primeira Guerra Mundial. Ao passo que o império mobilizou seus homens em idade militar para lutar ao lado dos otomanos, muitos deles decidiram se juntar às forças europeias, uma vez que viram na queda do império a possibilidade de se tornarem independentes após quatrocentos anos do controle otomano.

Ainda no cenário da Primeira Guerra, o Secretário britânico de relações exteriores publica a Declaração de Balfour, em 1917, determinando o seguinte: "O governo de Vossa Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e usará seus melhores esforços para facilitar a realização deste objetivo, ficando claramente entendido que nada deve ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina, ou os direitos e o status político gozados pelos judeus em qualquer outro país." (DECLARAÇÃO de Balfour, 1927). A declaração aumentou a preocupação - já existente - relacionada ao movimento sionista, é perceptível que as palavras utilizadas já demonstram uma denegação da

existência da população palestina, uma vez que foram desconsiderados e descritos como o que eles não eram, mesmo sendo mais de 90% da população que ocupava o território no período. É válido destacar a ambiguidade da aliança britânica com o movimento sionista, o qual já tinha tentado se aliar a outros governos mas sem sucesso, uma vez que foi forjada em um suposto apoio ao retorno dos judeus pra sua "Terra Santa" mas muito sustentada por um antisemitismo britânico que tinha como objetivo diminuir a imigração de judeus para a Inglaterra.

A Declaração de Balfour, entretanto, só passa a ter alguma relevância política efetiva quando termina a Primeira Guerra e o território palestino passa para o controle britânico a partir da determinação da Liga das Nações em 1922, que institui o Mandato Britânico na Palestina, incorporando a declaração em seu texto. Todo o corpo escrito do mandato coloca os judeus como os únicos que possuem uma conexão histórica com a região, que possuem direitos a um território nacional, além de não citarem os povos árabes e palestinos em nenhum dos seus artigos. Esse processo resultou em uma mudança demográfica significativa no território, quando a população judia triplicou em menos de uma década, saindo de 6% no final da Primeira Guerra para 18% em 1926 (KHALIDI, 2020).

A virada de chave para o movimento sionista foi o surgimento do nazismo alemão no início da década de 30, o qual juntamente com as leis hostis à imigração nos Estados Unidos e na Inglaterra, fez com que os judeus alemães não tivessem outra opção a não ser buscar moradia na Palestina. Mais de 60 mil imigrantes judeus chegaram à Terra Santa até 1935, o que resultou numa mudança completa do cenário econômico da Palestina, uma vez que a economia árabe foi ultrapassada pela judia, e a população de judeus atingiu mais de 30% da população total da região nesse período. Nesse cenário, o povo palestino começou a "se enxergar como estranhos em sua própria terra" (KHALIDI, 2020: 35)

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1947, 50% da população residente na palestina era composta por judeus, essa imigração maciça ocorreu motivada pelo movimento sionista e apesar dos protestos promovidos pelos nativos daquela terra, que foram suprimidos pelas forças militares britânicas (que deixaram mais de 10% da população de homens adultos palestinos mortos, feridos ou incapazes, sendo mais um "serviço" feito em favor aos judeus que tinham como objetivo tomar aquele território).

### ***But agony encircled the lips of spring***

A Resolução da divisão do território da Palestina em dois Estados, proposta pela ONU, é resultado da ineficiência britânica de conter o avanço dos conflitos naquela região, nesse sentido, em 13 de Novembro de 1947 o Reino Unido declara que dariam início ao seu processo de retirada do território palestino, diminuindo sua administração gradualmente com data limite em 1º de Agosto de 1948. A partilha foi favoravelmente votada em 29 de Novembro de 1947, e em 14 de maio de 1948, Israel se declara independente, se tornando um país próspero devido aos investimentos feitos pela própria comunidade judaica, pelos Estados Unidos, além das indenizações pagas pelo Estado alemão como forma de reparação pela perseguição dos povos judeus na Segunda Guerra, ratificados pelo Tratado de Luxemburgo (HOUAT, 2006).

Assim que a independência de Israel foi declarada, os exércitos do Líbano, do Egito, da Síria, da Jordânia e do Iraque invadem o país, resultando em um conflito que durou cerca de 15 meses. Mesmo com todos os esforços, os países árabes não conseguiram derrotar o agora Estado judeu e é estimado que 700.000 a 800.000 árabes-palestinos fugiram ou foram expulsos das suas residências pelas forças israelenses, além de mais de 400 vilas palestinas que foram destruídas por essas forças, esse êxodo forçado ficou conhecido como *Nakba*, que se traduz como catástrofe ou desastre, que se tornou uma data oficial do calendário palestino em 1998, por determinação do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat.

Rima Awada Zahra é uma psicóloga migrante libanesa com trabalho político humanitário há mais de 10 anos - tanto na psicologia, literatura, no espaço acadêmico - é filha de refugiados e formada em psicologia - especializando-se em psicologia clínica e autora de literatura infanto juvenil pela editora do Brasil - expõe suas opiniões e trata de assuntos em que o trabalho em questão busca estudar. É atualmente professora da pós-graduação do curso de Psicologia e Migração da PUC-MG e participante do Coletivo Psimigra e colaborou com a nossa pesquisa, em suas palavras, a *Nakba* "não é apenas um trauma histórico, mas uma aflição acumulativa que continua prejudicando a identidade palestina, tanto coletiva como individualmente; a *Nakba* é um insulto contemporâneo renovado a cada palestino que é humilhado, preso e morto." "...A memória da *Nakba* não se mantém viva pela chave que passa da mão do avô para a mão do neto. A memória reside na identidade e na autoimagem danificadas que nos foram impostas e que são transmitidas de geração em geração. Herdamos a *Nakba* da geração oprimida e expulsa que veio antes -

uma herança angustiada que carrega lembranças ruins, como se nossos próprios genes estivessem angustiados." Nesse sentido, são baseadas nesses sentimentos de uma invasão contínua que se dão as relações entre a população sionista e a comunidade palestina desde então, atravessados por traumas que são revividos e que seguem passando impunes.

Desde então, muitos momentos de conflito armado se deram no território, a Guerra dos Seis Dias em 1967 marcou o início do processo de redesenho do mapa do Oriente Médio feito por Israel, ocupando militarmente o Sinai, no Egito, enquanto na Palestina, ocupou Jerusalém, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, além das Colinas de Golan. Com esse episódio instalam-se os Territórios Palestinos Ocupados e mais de 200.000 palestinos são forçados a sair de suas casas e buscar refúgio mais uma vez. Nas regiões ocupadas, Israel construiu mais de 140 assentamentos que abrigam mais de 600.000 judeus, assentamentos esses que são considerados ilegais pela comunidade internacional.

Como resultado das ocupações militares do Estado judeu, acontece a Guerra de Yom Kippur em 1973, numa tentativa do Egito de conseguir retomar a região do Sinai, ainda ocupada militarmente por Israel; numa virada diplomática, em 1977 o Egito se torna aliado dos Estados Unidos e em setembro de 1978 assina o "acordo de Camp David" com Israel, prevendo a devolução da Península do Sinai, sob condição imposta de que o Egito deixasse a região desmilitarizada, por fim, o Egito reconhece o Estado de Israel e é boicotado pelos outros países árabes.

Em 1993, Yasser Arafat e Yitzhak Rabin (respectivamente as lideranças palestina e israelense) assinam o Acordo de Oslo, numa tentativa de promover uma paz permanente e tentar fazer valer a solução de Dois Estados, no entanto, o tratado foi rejeitado por setores de ambos os lados, e a percepção geral é que a Resolução prevista pela ONU é cada vez mais inviável, uma vez que Israel seguiu com as ocupações, promovendo um verdadeiro *apartheid* nos territórios palestinos. As tensões permaneceram palpáveis, e depois do 07 de Outubro de 2023 mais do que nunca, vemos a concretização do objetivo israelense de destruir os territórios de dominação palestina, de modo a expulsar sua população nativa e construir um Estado único para os judeus.

### ***I have seen you in the gleam of tears and in wounds***

Os instrumentos de resistência palestina datam do início do processo de ocupação israelense no território, em 1959 o grupo nacionalista palestino Fatah foi fundado no Kuwait, liderado por Yasser Arafat, e tinham como fundamento a luta armada para a

libertação da Palestina, feita pelos palestinos de modo que se tornasse independentes de qualquer outro governo árabe. A participação popular nos movimentos de luta organizada não foi muito significativa entre os anos de até o início da década de 70, foi no período posterior a 1976 que a sociedade palestina começou a se envolver de forma mais efetiva para a formação de um núcleo para conquistar o desejado Estado palestino.

Na realidade, a motivação para criação desses organismos de luta organizada surgem a partir da ineficiência e da inoperância dos organismos internacionais na resolução do conflito entre Israel e Palestina. Nesse sentido, quando falamos em resistência, falamos em oposição ao poder operante, que pode ser dado das seguintes formas: desobediência civil, a qual não recorre ao uso da força mas os cidadãos optam pelo desconhecimento e confrontação das decisões do poder político; a resistência armada, que se dá na revolta contra o "príncipe injusto"; existem ainda métodos de resistência pacífica, como os utilizados na luta contra o colonialismo inglês na Índia e também por palestinos na Cisjordânia e em Gaza; por fim, a resistência que se utiliza da força contra as ocupações, a partir do entendimento de que essas forças são um ato de guerra legítimo de acordo com o Direito Internacional, uma vez que esse garante a utilização da violência organizada em lutas por libertação. (CURREA-LUGO, 2005)

A utilização da força para autodefesa é garantida pelo Direito Internacional Humanitário, a resistência palestina então se estrutura em facções que formam a chamada OLP (Organização para a Libertação da Palestina), composta por outros grupos organizados como o Hamas e o Al Fatah. Acontece que a luta organizada em prol da libertação palestina pelos grupos árabes é caracterizada como terrorismo, ao passo que as investidas israelenses, mesmo que direcionadas aos civis, são julgadas, no máximo, por "uso excessivo da força" a medida que violam gravemente as leis internacionais.

Para além desses apontados, é característica do povo palestino a mobilização da resistência baseada na cultura, uma vez que eles entendem que traumas coletivos exigem uma cura coletiva, através de narrativas populares, rituais e representações simbólicas, uma vez que se entende que o silêncio e a negação da realidade que se impõe vão somente aprofundar os sentimentos de dor, perda e angústia. A prática religiosa, o incentivo a se conectar com a terra (como o processo de colheita de azeitonas que é uma celebração para os palestinos), a passagem das histórias que celebram o nacionalismo palestino, também são formas de resistência que perpassam os valores dessa comunidade e permitem que eles sigam lutando contra a ocupação israelense. (AWADA, 2024)

O ponto principal é destacar que a população palestina se organiza de diferentes formas na luta contra o *apartheid* imposto pelo governo de Israel, seja nas formas não violentas de oposição, através do fotojornalismo que denuncia os crimes cometidos pelas Forças de Defesa de Israel (IDF), seja por ataques direcionados aos territórios israelenses, como o realizado pelo Fatah em Janeiro de 1965, quando o grupo lançou um ataque para sabotar uma estação de distribuição de água no centro de Israel, simbolizando sua capacidade de agir de modo eficaz (KHALIDI, 2020). No entanto, vamos direcionar nossa análise para a agência das mulheres palestinianas, como elas são mobilizadas tanto na sociedade palestina quanto nos movimentos de resistência organizada, de modo a entender, de forma mais específica, como (e se) a natalidade é instrumentalizada dentro desse conflito.

A instrumentalização dos corpos das mulheres palestinas é concebida tanto quando pensamos o discurso nacionalista palestino, que mobiliza esses corpos como armas de guerra contra o Estado judeu, quanto quando analisamos a forma com que Israel direciona ataques (físicos, psicológicos e morais) para esses mesmos corpos. O corpo político palestino defende que a resistência das mulheres muçulmanas é tão importante quanto a agência masculina, "Ela é a fábrica de produzir homens". (Jad *apud* Ania Loomba, 1998: 216). Do mesmo modo, Yasser Arafat se refere às mulheres palestinas como "mães da nação" (Jad, 2008).

O que será possível compreender é que esse papel de "fábrica de homens" foi adotado pelas mulheres palestinas, que passaram a enxergar nessa função uma forma de participação ativa na luta pela libertação da Palestina da ocupação israelense. Samiha Khalil, líder de uma organização de mulheres e a primeira mulher árabe a ser candidata à presidência do Estado palestino em 1996, ofereceu premiações para as famílias com mais filhos, em suas palavras: "Percebo que ter filhos seja um fardo para as mulheres, mas nós estamos numa batalha pela sobrevivência, e a preocupação de Israel com a nossa elevada taxa de natalidade tem que ser levada a sério. Israel quer a terra sem palestinos nela." (*apud* Najjar & Warnock, 1992: 47).

O reconhecimento dessa prática é visível, inclusive quando analisamos ações específicas da FDI, como quando em Dezembro de 2009, na invasão à Gaza, os soldados israelenses vestiam camisas com imagens pessoalmente escolhidas, e uma das que teve maior alcance midiático retratava uma mulher palestina grávida, portando uma arma e

estando exatamente no centro do alvo do *sniper*, com um slogan dizendo "1 shot 2 kills" (1 tiro 2 mortos) (veja-se Uri Blau, 2009).

A mulher grávida é considerada um perigo para os anseios sionistas, o útero palestino é o centro do conflito, "a ocupação israelita sempre colocou a fertilidade e os úteros das mulheres palestinianas no centro da batalha. Os seus corpos são vistos como perigosos, já que carregam o que o colonizador vê como ameaça demográfica. Negar os direitos sexuais e reprodutivos é uma política israelita deliberada e um dos caminhos para a limpeza étnica da Palestina."(WADI, 2024). Em suma, essas mulheres cada vez mais reconhecem a centralidade de suas ações no avanço da resistência palestina, e os números que tratam da natalidade palestina serão capazes de reforçar ainda mais essa percepção.

### ***Her words and her silence, Palestinian***

A atual realidade palestina é marcada por conflitos. Desde a fundação do Estado de Israel em 1948, os palestinos estiveram envolvidos em diversos embates com os israelenses. Tendo em vista esse cenário, é comum pensar que as mulheres abdicam da ideia de serem mães por medo de trazer uma criança a esse mundo tão conflituoso. No entanto, o caso palestino parece ir na direção contrária ao senso comum, com a natalidade sendo utilizada como uma ferramenta de resistência por parte das mulheres palestinianas. De modo a sustentar a hipótese apresentada, essa seção fará um paralelo sobre como as taxas de natalidade, fertilidade e o número total de nascimentos variaram em três conflitos ocorridos entre palestinos e israelenses - Primeira e Segunda Intifadas e a Operação Margem Protetora - e quais projeções podem ser feitas para o comportamento da natalidade após o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023. Ademais, as taxas apontadas serão analisadas tanto ao longo do conflito quanto um ano após o seu fim, para que seja possível observar os seus efeitos depois do final do embate.

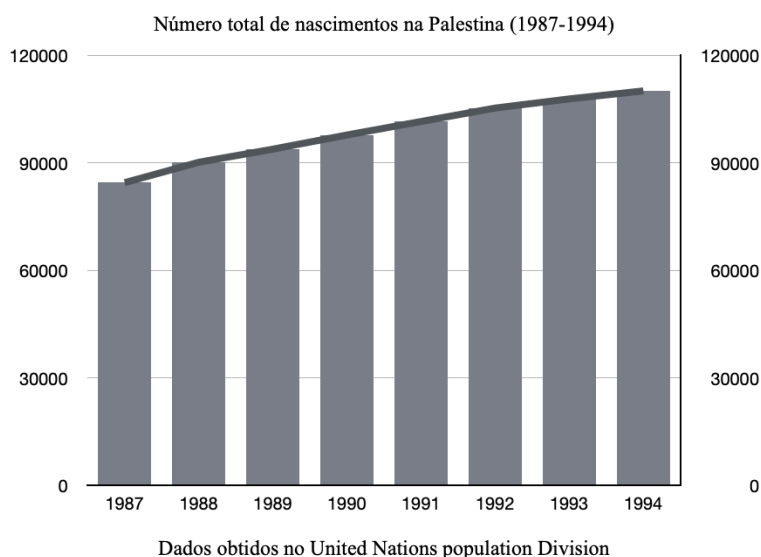
A Primeira Intifada (1987-1993) foi uma revolta popular palestina que teve início após o assassinato de diversos palestinos pelo Exército de Israel na Faixa de Gaza (OLIVEIRA, 2023) e a colisão de um caminhão-tanque do exército de Israel colidiu com um carro de civis palestinos no campo de refugiados de Jabalya (GHADA NASSEF, 2024). Os acontecimentos em Gaza ecoaram para outros territórios palestinos, iniciando uma série de protestos baseados na desobediência civil e na resistência às forças de ocupação, como o não pagamento de impostos a Israel, greves gerais, o bloqueio de estradas e atirar pedras nas forças e infraestrutura israelenses. Além da revolta frente às mortes perpetradas pelo

Estado de Israel, os protestos ganharam mais força por conta de insatisfações e frustrações gerais palestinas.

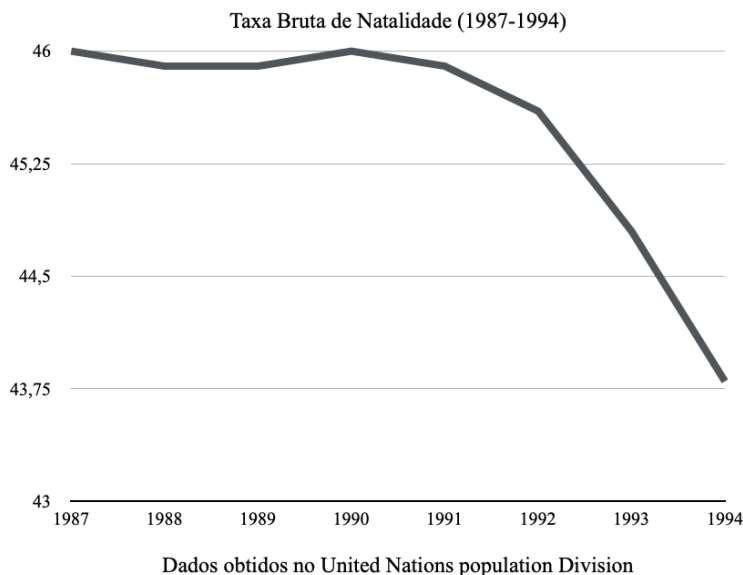
Em resposta a esse cenário, Israel enviou aproximadamente 80.000 soldados para acabar com os protestos, utilizando balas de borracha, cassetetes e, em casos mais graves, balas convencionais com a orientação de "atirar para matar" (ALLOUCHE, 2023). Ao final da Intifada, 1.027 palestinos foram mortos por tropas ou civis israelenses (ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES, 2024).

O fim da Primeira Intifada foi marcado pelo início da negociação dos Acordos de Oslo, realizados entre os Primeiro Ministro israelense Yitzhak Rabin e o negociador da Organização para Libertação da Palestina (OLP) Mahmoud Abbas. O texto previa que a OLP renunciaria ao terrorismo e reconheceria o direito de existência do Estado de Israel e os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia seriam governados pela Autoridade Palestina (AP), com o início de negociações sobre questões como fronteiras, refugiados e o status de Jerusalém (, 2024). No entanto, o Acordo fracassou na tentativa de estabelecer a paz na região.

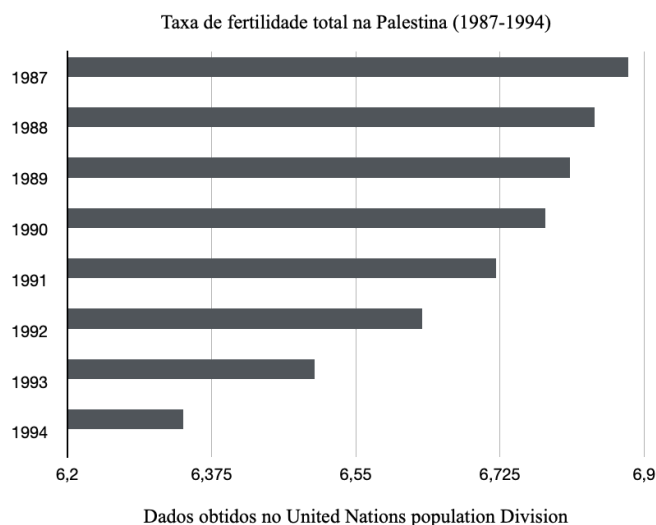
Durante o período da Primeira Intifada, a população palestina experienciou uma tendência de crescimento nos números de nascimentos, mesmo com o cenário de violência e repressão que estava instaurado. O número total de nascimentos entre os anos de 1987 e 1994 ficou em 791.094, comportamento que pode ser observado no gráfico abaixo.



No mesmo período, a taxa bruta de natalidade variou entre 43,8, menor marca em 1994, após o fim do embate, e 46, maior marca nos anos de 1987 e 1990 (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022). Tais números podem ser observados no gráfico abaixo.



Nesse mesmo período, a média da taxa de fertilidade total (TRF em inglês) ficou em 6.66 (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022), o que é considerada elevada, visto que o Banco Mundial estabeleceu que uma TRF de 5.0 ou mais é alta (2010). O comportamento dessa taxa pode ser observado no gráfico ao lado.



Com base nesses dados podemos observar um comportamento que vai de encontro ao que se espera não apenas de um contexto de guerra e violência, mas também do cenário mundial quando comparamos a taxa bruta de natalidade palestina com a dos outros países do mundo, no mesmo período, que se manteve entre 26 e 24 nascimentos a cada 1000 pessoas (WORLD BANK GROUP), como aponta o gráfico elaborado pelo Banco Mundial. A taxa de fertilidade no restante do mundo, também, se mostrou distante das apresentadas em território palestino: enquanto na palestina a taxa de fertilidade se manteve maior que 5 em todos os anos estudados, no mundo a maior taxa foi 3.5 em 1987

(UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022). Vai se tornando nítido, então, que existe um padrão de comportamento baseado em valores culturais dessa população.

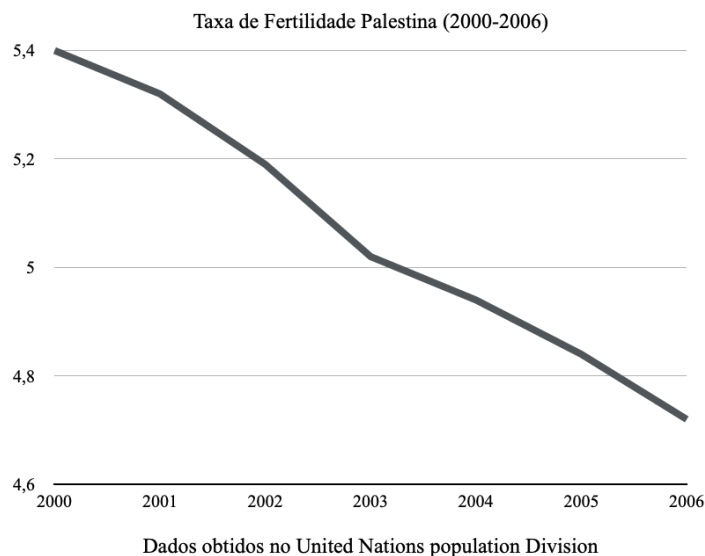


Os fracassos dos Acordos de Oslo e dos acordos de Camp David promoveram um cenário de insatisfação generalizada entre os palestinos. Diante dessa conjuntura de instabilidade na região, um evento foi responsável por dar início ao que seria conhecido como Segunda Intifada (2000-2005). No dia 28 de setembro de 2000 o político israelense Ariel Sharon, ex-Ministro de Defesa do país, realizou uma visita a Mesquita de al-Aqsa - um dos três lugares sagrados do Islã, juntamente com Meca e Medina - fechando o acesso do local aos fiéis muçulmanos (HASAN, 2019). A "violação" da mesquita ocasionou protestos generalizados dos palestinos, protestos que se iniciaram em Jerusalém mas logo tomaram conta dos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

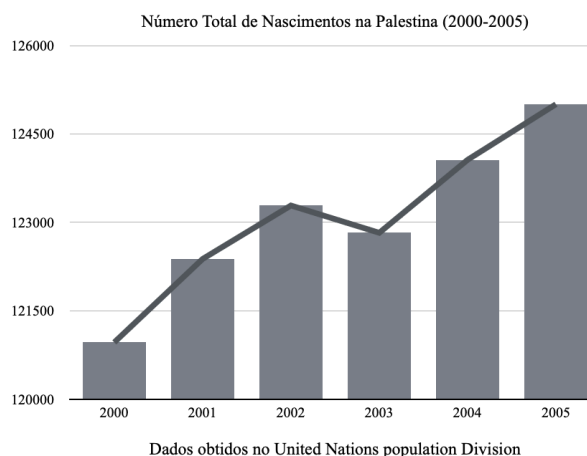
A resposta de Israel foi, mais uma vez, a violência e a repressão. Ao fim do primeiro ano do embate, mais de 570 palestinos foram assassinados pelas forças israelenses, dentre estes, 150 eram crianças além do vasto número de pessoas mutiladas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001).

O final da Segunda Intifada é marcado pelo dia em que Ariel Sharon e Mahmoud Abbas se encontraram no Egito para declarar o cessar-fogo - 8 de fevereiro de 2005. Os números de fatalidades ao final do conflito foram altos, o que ilustra o fato de a Segunda Intifada ter sido considerada mais violenta que a anterior. Após cinco anos de embates entre Israel e Palestina, 3.352 palestinos perderam a vida para forças israelenses, outros 41 foram mortos por civis israelenses (ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES, 2024). Desse total (3.393), 681 eram menores de idade (20,07%).

Nos cinco anos de conflito, a população da Palestina teve um crescimento de 12,7% (OUR WORLD IN DATA, 2024). A taxa bruta de natalidade representou uma queda em relação às coletadas durante a Primeira Intifada, caindo de 38.4 em 2000 para 35.3 em 2005, a mesma tendência foi seguida nas taxas de fertilidade, que tiveram o seguinte comportamento no período de 2000-2006: 5.44, 5.32, 5.19, 5.02, 4.94, 4.84 e 4,72 (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022).



No entanto, o número total de nascimentos apresentou um aumento nesses cinco anos de conflito, com 120.965 nascimentos em 2000, 122.380 em 2001, 123.287 em 2002, 122.824 em 2003, 124.062 em 2004 e 125.005 em 2005, dados que podem ser melhor observados no gráfico ao lado. (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION,



2022). Aqui, se observa que taxas como a TRF e a de natalidade apresentaram quedas, mas isso não implicou numa queda dos nascimentos em território palestino.

Quando comparamos a realidade palestina durante a Segunda Intifada com os dados apresentados pelo restante do mundo, observamos, mais uma vez, uma discrepância. A taxa bruta de natalidade mundial mostrou uma queda acentuada, saindo de 21.85 em 2000 para 20.45 em 2006. No parâmetro da fertilidade, as taxas ao redor do mundo

mostram uma estabilidade nesse período, variando entre 2,7 e 2,6 (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022).

O cessar-fogo de 2005, entretanto, não representou melhorias nas condições de vida dos palestinos: foi observada uma crescente violação dos Direitos Humanos, como o aumento do número de assentamentos de colonos judeus no território da Palestina (HASAN, 2019). As incursões das Forças de Defesa de Israel se tornaram mais comuns nos territórios palestinos, como a Operação Margem Protetora (2014) na Faixa de Gaza. A operação foi a terceira empreitada desse tipo desdobrada por Israel desde que o grupo terrorista Hamas assumiu o controle da Faixa de Gaza, sendo precedida pelas operações Chumbo Fundido (2008) e Pilar Defensivo (2012). A Operação Margem Protetora foi uma resposta a disparos de foguetes feitos pelo Hamas, que foram uma retaliação à prisão de diversos membros do grupo enquanto Israel investigava o assassinato de três adolescentes israelenses (HAMAS:... 2023).

A letalidade da operação foi muito elevada: 2.273 palestinos perderam a vida no ano de 2014, sendo o período de julho a agosto o mais letal (ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES, 2024). Além do número de mortos, a Operação Margem Protetora foi responsável pela mutilação de diversos palestinos, que viraram verdadeiros "mortos vivos", não conseguindo participar das atividades sociais, como trabalhar, por exemplo (PUAR, 2017).

Em 2014, 142.747 nascimentos foram registrados no Estado da Palestina, o que representou um aumento de 2% em relação a 2013. A taxa bruta de natalidade se manteve estável em relação ao ano anterior, ficando em 32,5, e a taxa de fertilidade apresentou um número inferior a 5 - ficou em 4,04 (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022) - o que mostra uma queda em relação ao que é considerado uma taxa muito alta pelo Banco Mundial. No entanto, as quedas registradas tanto nas taxas de natalidade quanto de fertilidade não acabaram por proporcionar o mesmo movimento no número de nascimentos.

Para melhor compreender os efeitos da Operação Margem Protetora nas questões relacionadas à natalidade em territórios palestinos, torna-se interessante observar os números de 2015. O ano seguinte à Operação registrou o nascimento de 147.200 bebês, uma taxa de fertilidade total de 4,05 - o que representou um aumento em relação a 2014 - e uma taxa de natalidade total de 32,7, outro aumento em relação ao ano anterior (UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, 2022). Assim, observa-se a ausência de um

movimento de queda nos números de nascimentos ocasionados pelo ambiente de conflito e alta insegurança característico da região.

	2013	2014	2015
<b>Nascimentos</b>	139.711	142.747	147.200
<b>Taxa Bruta de Natalidade</b>	32.5	32.5	32.7
<b>Taxa de Fertilidade</b>	4.08	4.04	4.05

Israel e Palestina se encontram, novamente, em uma situação de conflito. No dia 7 de outubro de 2023, o Hamas realizou um dos maiores ataques ao território israelense nos últimos tempos. A ofensiva do grupo teve duas frentes: ar e terra. Pelo ar, o Hamas lançou milhares de mísseis em direção às cidades de Revohot, Gedera, Ashkelon e Tel Aviv. Os militantes do grupo também realizaram uma invasão por terra, partindo da Faixa de Gaza, e chegaram às cidades de Sderot, Beeri, Reim, Ofakim e Magen com armas e tanques. O Hamas também protagonizou as cenas que circularam de jovens israelenses sendo assassinados enquanto participavam de uma *rave* de música eletrônica, realizada a poucos quilômetros de Gaza.

A resposta de Israel foi quase imediata: o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu declarou guerra ao Hamas, no próprio dia 7, lançando a Operação Espadas de Ferro (G1, 2023). Até fevereiro de 2024, 30.449 palestinos tinham perdido a vida na ofensiva israelense, segundo dados do Ministério da Saúde da Palestina, controlado pelo Hamas (PODER360, 2024).

O atual conflito envolvendo Israel e Palestina ainda está em andamento, desse modo, o momento ainda não nos permite analisar qual é o seu efeito nas questões relacionadas à natalidade na Palestina. Mesmo que notícias sejam divulgadas a partir do conflito, como o dado fornecido pela ONU de que a cada dez minutos um bebê nasce em meio a zona de guerra (FOLHA DE SÃO PAULO, 2024), o que é possível fazer agora são projeções para o pós-conflito.

### ***Her voice, Palestinian***

Segundo o PCBS (*Palestinian Central Bureau of Statistics*), no ano de 2023, havia aproximadamente 14,5 milhões de palestinos no mundo - dos quais cerca de 5,48 milhões estavam no Estado da Palestina - sendo, 2,70 milhões destes, mulheres. A população

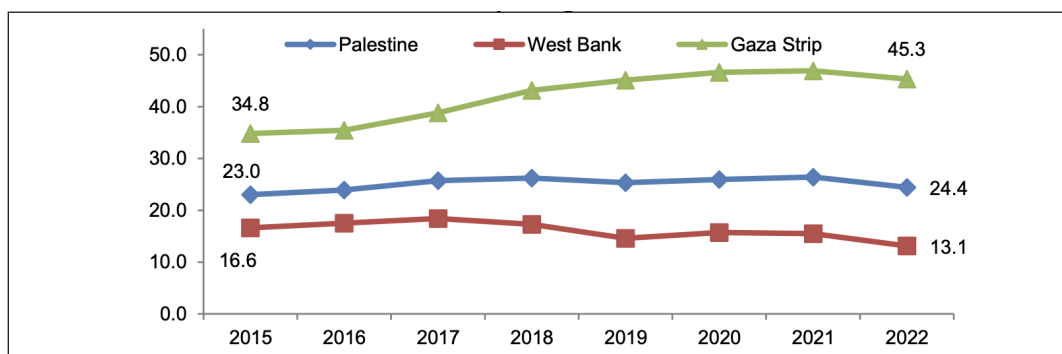
estimada da Cisjordânia era de 3,25 milhões (1,60 milhão de mulheres). Já a população estimada da Faixa de Gaza era de 2,23 milhões no mesmo ano (1,10 milhão de mulheres). Contabilizando quase metade da população, as palestinas têm, ao longo das décadas, lutado por seus direitos.

A taxa de analfabetismo entre indivíduos (15 anos ou mais) foi de 2,2%. A diferença de analfabetismo é significativamente notada entre homens e mulheres, com porcentagens de 1,1% e 3,3%, respectivamente. Os dados do ano letivo de 2021/2022 mostraram que a taxa de participação na educação formal (um ano antes de se matricular na etapa oficial do ensino fundamental) na Palestina é de aproximadamente 73% (68% entre os homens e 78% entre as mulheres). Já os dados de 2022 mostraram que as porcentagens de conclusão de diferentes níveis educacionais (ensino médio inferior e superior) foram maiores entre as mulheres, chegando a 97% e 78%, respectivamente, enquanto as porcentagens entre os homens foram de 90% e 53%, respectivamente.

No que se refere ao acesso das mulheres a empregos dignos e à garantia de sua participação ativa com base na igualdade, isso resulta no empoderamento econômico sustentável das mulheres. A taxa de participação das mulheres na força de trabalho aumentou em 2022 em comparação com 2021, atingindo cerca de 19% do total de mulheres em idade de trabalhar em 2022. Notavelmente, essa porcentagem foi de 17% em 2021, sabendo que a taxa de participação dos homens na força de trabalho atingiu 71% em 2022, em comparação com 69% em 2021. Por outro lado, a taxa de desemprego entre as mulheres que participam da força de trabalho foi de cerca de 40%, em comparação com 20% entre os homens em 2022. A taxa de desemprego entre os jovens (19 a 29 anos) graduados com diploma intermediário ou superior atingiu 48% (61% entre as mulheres, em comparação com 34% entre os homens).

Cerca de 40% dos empregados assalariados do setor privado recebem um salário mensal inferior ao salário mínimo médio (1.880 NIS), sendo que a porcentagem foi de 38% entre os homens, em comparação com 50% entre as mulheres. Além disso, 40% das funcionárias contratadas no setor privado trabalham sem contrato de trabalho, e 44% delas recebem uma contribuição para financiar o pacote de aposentadoria/fim de serviço. Por outro lado, 46% das funcionárias do setor privado receberam licença maternidade remunerada em 2022.

Quanto a taxa de desemprego entre os participantes da força de trabalho (15 anos ou mais) na Palestina por região, durante os anos de 2015-2022:



Source: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2023. Database of the Labor Force Survey, 2022.  
Ramallah - Palestine.

A realidade feminina na Palestina é marcada por um histórico de desafios e resiliência, refletindo a complexidade e a adversidade enfrentadas pelas mulheres em meio a conflitos e ocupações prolongadas. Tradicionalmente, as mulheres palestinas desempenhavam papéis específicos dentro de suas comunidades, com funções claramente definidas antes da ocupação. Contudo, ao longo dos anos, a intensificação dos conflitos transformou as funções previamente designadas, resultando em mudanças significativas na vida e no lugar das mulheres naquela sociedade.

A percepção das mulheres palestinas muda de acordo com a geração que viveram e como foram impactadas por esses eventos. Algumas se tornaram refugiadas, sem terra ou passaram a viver em território dominado por Israel e isso, por exemplo, lhes traria vivências muito diferentes dentro do mesmo conjunto de costumes e cultura (SANTOS, 2021).

Apesar dos desafios imensos, as mulheres palestinas se destacaram como agentes de mudança, desempenhando papéis cruciais durante e após os conflitos. Elas têm demonstrado uma forte resiliência, adaptando-se e resistindo às adversidades. Movimentos de empoderamento têm ganhado força, tanto local quanto internacionalmente, oferecendo às mulheres oportunidades de educação e trabalho. A intenção de possuir maior acesso à educação, em particular, tem sido um pilar essencial para o empoderamento feminino, proporcionando às mulheres as ferramentas necessárias para transformar suas vidas e suas comunidades.

A participação política e social das mulheres palestinas também tem sido significativa. Muitas se envolvem ativamente em organizações políticas e movimentos de resistência, moldando a sociedade através de seu ativismo. Essas mulheres são exemplos de resiliência, enfrentando desafios imensos e, ainda assim, encontrando maneiras de

contribuir para o bem-estar de suas comunidades. A participação das mulheres no jornalismo, por exemplo, enfrenta desafios específicos, mas também representa uma oportunidade de dar voz às suas histórias e experiências, como discutido por Baldin (2023) em seu estudo sobre jornalismo e mulheres na Palestina.

Observa-se que o papel e a posição da mulher palestina na sociedade mudaram ao longo do tempo, acompanhando o processo de ocupação israelense e os desdobramentos do conflito. Seu *status* é quase metamórfico, com evoluções desencadeadas não apenas pela crescente necessidade de sua participação na luta nacionalista, mas também pela abertura consequente que permitiu que ela exercesse esse papel (SANTOS, 2021).

Porém, a aceitação da "realidade" e de seu principal papel, denominado "fábrica de homens" (WADI, 2010), ainda permeia a mente de uma quantidade notória de palestina - ideal promovido por líderes, por exemplo. Ao assimilarem o ato de trazer novos combatentes para o mundo e, conseqüentemente, impactar positivamente a sobrevivência do povo palestino, uma imagem de "útero militar" (denominado *batin 'askari*) é atribuída e, juntamente a isso, o sentimento de contribuição para a luta nacional percorre ainda mais a população feminina (PETEET, 1991). "Nós, as mulheres palestinianas, damos à luz, educamos e entregamos os nossos filhos pela revolução" (*apud* Peteet, 1991:185).

Segundo Rima Awada, em sua entrevista, o histórico da militância de palestinas pode ser traçado desde a década de 1920 (ABDO, 1991). Foi, porém, a partir da ocupação israelense em 1967, que houve um sensível incremento na participação de mulheres em todos os aspectos da resistência civil, incluindo a luta armada. Neste período, emergiram várias organizações que tratavam da inclusão feminina, entretanto, foi somente com o início da chamada *Primeira Intifada* - o levante popular pela libertação destes territórios que teve início em 1987 - que a agenda do movimento de mulheres se mostrou mais articulada.

"Uma nova geração de mulheres, dentre as quais muitas que já atuavam em movimentos estudantis nas universidades palestinas, fez parte dos comitês a fim de organizar seu envolvimento na luta contra a ocupação. Reuniam-se semanalmente em vários lares e criaram creches nas vilas e nos campos de refugiados, para que pudessem participar do movimento, e receberam capacitação em primeiros socorros a fim de atender aos feridos nos enfrentamentos com o exército israelense", explica Rima.

Feministas palestinas, por sua vez, romperam as barreiras da vitimização ao se colocarem como agentes ativos na resistência civil contra a ocupação israelense, aliando a

luta nacional àquela pelos direitos da mulher e igualdade de gênero. As iniciativas que se seguiram - aponta Sharoni (2012) - "basearam-se na premissa de que todas as questões são questões da mulher, e que as questões da mulher palestina são formatadas a partir do tecido político e social de uma sociedade que vive sob a ocupação militar israelense". Colocando-se como um grupo de mães e mulheres que prezam pela segurança e futuro de seus filhos e netos, exigem que o governo encontre saídas diplomáticas para o conflito, com a plena participação de mulheres (*site Women Wage Peace*, 2104). "A retórica da maternidade" - argumenta Buchanan (2013) - "não somente beneficia mulheres, lhes conferindo autoridade e credibilidade, como também as protege de uma posição de desvantagem diante do *status quo* de gênero".

Além disso, defende que os palestinos percebem a guerra de Israel contra eles como um genocídio nacional e, para resistir a ela, dão à luz muitos filhos. A taxa de fertilidade entre os palestinos é, segundo ela, de 5,8 - a mais alta da região. Isso resulta em uma população muito jovem (53% com menos de 17 anos), uma maioria vulnerável, em um estágio crucial de desenvolvimento físico e mental.

Oliveira (2012) aponta como nos territórios ocupados, durante as piores fases do conflito, o índice da taxa de natalidade disparou e o nível de fertilidade das mulheres palestinas passou a estar entre um dos maiores do mundo. A região da Faixa de Gaza passou a ser o território com a maior densidade populacional do planeta - com a taxa de natalidade aproximadamente 20% mais alta do que na Cisjordânia, por exemplo (PCBS, 2019 *apud* OLIVEIRA, 2012). A ameaça de sua dizimação, separação e extinção de suas tradições traz consigo um movimento de resistência que vem por meio da geração de novos descendentes que irão carregar essa cultura e manter sua perpetuação, garantindo a consolidação de sua cultura e tradições.

Os desafios enfrentados pelas mulheres palestinas são numerosos, incluindo violência de gênero, discriminação e acesso limitado a recursos essenciais como saúde e educação. Contudo, há também oportunidades para o futuro. Iniciativas de suporte, programas educacionais e organizações de apoio estão trabalhando para melhorar as condições de vida das mulheres palestinas. Esses esforços são cruciais para garantir que as mulheres possam continuar a desempenhar papéis vitais em suas comunidades e na sociedade em geral.

A Declaração de Independência Palestina, proclamada por Yasser Arafat em 15 de novembro de 1988, reafirmou a igualdade entre homens e mulheres, proibindo

definitivamente a discriminação de gênero. Isso resultou em um aumento significativo do acesso das mulheres às escolas e universidades. Atualmente, o nível educacional das mulheres palestinas está entre os mais elevados do Oriente Médio, com 13% das mulheres formadas em nível universitário, em comparação com 9% dos homens, segundo o PCBS. A presença feminina nas instituições de ensino supera a masculina desde as escolas primárias até as instituições de ensino superior (OLIVEIRA, 2012).

Atualmente, 11% das mulheres palestinas são chefes de família, uma consequência direta das mortes e desaparecimentos de homens ao longo de décadas de conflito e de sua participação em movimentos de resistência, especialmente durante a Segunda Intifada (PCBS, 2019 *apud* OLIVEIRA, 2012). Em outras palavras, essas mulheres foram forçadas a assumir o papel de provedoras de suas famílias e a se adaptar a uma realidade frequentemente traumática para elas.

Shahd Wadi reforça em sua obra "A Explosão dos Úteros: Mulheres Palestinas entre o Patriarcado e o Colonial", parte de sua tese de mestrado denominada "Feminismos de Corpos Ocupados: as Mulheres Palestinas entre duas Resistências", a transformação, por parte das palestinas, de sua linguagem de guerra em um corpo e de seu corpo em uma "linguagem de resistência" (WADI, 2010). E, assim, tornam a narrativa sobre seus corpos uma forma de luta. Diante de uma cultura que reforça o silenciamento de violações sofridas - principalmente em prisões -, utilizam da narrativa de seus corpos para resistir ao poder exercido sobre estes, tanto pela sociedade palestina, quanto pela israelense. Segundo Oliveira (2012), as mulheres detidas durante a Primeira *Intifada* tiveram os maiores registros de violação de direitos humanos, abusos sexuais por parte dos carcereiros, tortura e, quando grávidas, muitas foram obrigadas a realizarem o parto dentro de suas próprias celas, expostas a um alto estado de insalubridade, que as levaram a ter infecções ou abortos.

As mulheres palestinas têm desempenhado um papel crucial nas confrontações físicas com o colonizador, especialmente durante a *Intifada*, usando seus corpos para enfrentar os soldados e proteger os jovens. Um exemplo marcante ocorreu em Beit Hanoun, onde mulheres libertaram homens cercados na mesquita pelas forças de ocupação, colocando-se na linha de fogo (WADI, 2010). Além disso, muitas mulheres utilizaram seus corpos como armas físicas, realizando ataques suicidas em atos extremos de resistência, durante a guerra.

Assim, o conceito de "honra" passa a ter um novo significado: agora, mostra-se relacionado com o patriotismo, e não mais ao corpo e sua preservação - considerando-o intocável. A honra, que ora fora a castidade do corpo feminino, agora apresenta-se como a atividade política das mulheres. A participação nas *Intifadas* foi essencial para reforçar essa nova tradição, desenvolvendo o sentimento de honra na população feminina. "As mulheres encontram o seu caminho para a literatura, não enquanto retratos de si próprias, mas como encarnação do inatingível, a meta perfeita: fertilidade, a terra abundante, o útero da sociedade, a própria Palestina" (*apud* Najjar & Warnock, 1992:260). A imagem associada à mulher palestina é, principalmente, de uma "mãe" - e seu papel, de gerar filhos, é central no conflito.

E, juntamente a isso, os objetos relacionados à honra feminina também são convertidos em "objetos de resistência" (WADI, 2010). A utilização do véu, por exemplo, passa a objetificar-se na facilitação das atividades das mulheres na resistência - ressignificando a tradicional visão deste como um símbolo de proteção da "honra". Segundo Shahd Wadi, muitas relataram que o véu lhes deu mais liberdade para participar de reuniões de seus movimentos, mesmo quando essas reuniões ocorriam à noite.

Além disso, o véu tornou-se um símbolo de resistência cultural contra o ocupante e uma forma de afirmação da identidade nacional. A persistência no uso do véu representa a resistência ao colonialismo, semelhante ao que ocorreu no Irã e na Argélia. Yegenoglu (1999) argumenta que "foi sobre o corpo velado das mulheres que tanto o colonialismo francês quanto o patriarcado argelino projetaram seus medos, desejos e políticas. O véu tornou-se um símbolo potente nessa batalha".

Apesar das melhorias no acesso e nos níveis educacionais das mulheres nas últimas décadas, o domínio masculino no mercado de trabalho e os obstáculos culturais persistem, impedindo mudanças significativas neste cenário. Conseqüentemente, os 11% de lares chefiados por mulheres têm grandes possibilidades de viver na pobreza. Muitas mulheres estão rompendo as limitações impostas pelas hierarquias de gênero da sociedade palestina, porém a manutenção da tradição e cultura árabe ainda é uma preocupação e prioridade presente entre grande parte dessas mulheres. Devido a isso, é comum que apontem o casamento como objeto central de suas vidas, estando estes vinculados a conceitos como virgindade e família.

A honra e a moral, portanto, ocupam um lugar central na vida dessas mulheres. A família é considerada uma instituição sagrada, e a mãe tem o papel de transmitir a 'moral'

para os filhos (HAMID, 2009, *apud* SANTOS, 2021). A "cultura de honra" gerou, como consequência, a "cultura de vergonha" do corpo femininado, tornando sua própria existência um tabu - do qual Israel sempre se aproveitou, segundo Shahd Wadi (2010). Houve relatos, por exemplo, de incidentes de mulheres obrigadas a tirar suas roupas em checkpoints, sob a desculpa de serem procedimentos de segurança (AMAN, 2007).

A existência do corpo é considerada algo vergonhoso na sociedade árabe dominante, que impõe que os corpos das mulheres devem estar escondidos. A cultura árabe, assim como a ocidental, promove a ideia de que os corpos femininos devem ser desenhados segundo um padrão de beleza definido pela sociedade. Esse ideal obriga as mulheres árabes a manter corpos perfeitos e, ao mesmo tempo, escondidos. Muitas mulheres temiam participar na resistência devido ao medo de "marcar o corpo", refletido no pensamento de Abdullah: "A questão não é só a reputação, mas também o desfiguramento; se eu for desfigurada, quem iria casar comigo?" (KHALIFA, 1991 *apud* WADI, 2010).

Israel se beneficia desse receio de "desfigurar o corpo" para limitar a participação das mulheres na resistência. Assim, as mulheres palestinas conseguiram transformar seus "pedaços de corpo" em "estilhaços de resistência", onde um olho, uma mama e cabelo não são apenas "pedaços de corpo", mas "estilhaços de resistência" (WADI, 2010).

Contudo, mulheres palestinas mantêm disseminando a ideia de considerar seus corpos "sujeitos" de resistência. Autorizar sua existência, para elas, é uma forma de resistir tanto à "cultura de vergonha" quanto à ocupação política de Israel. A ameaça de "perder a honra", como no caso de Fátima Al-Kurdi, que respondeu com desdém à ameaça de violação, tem mostrado enfraquecimento. Essas mulheres afirmaram que seus corpos não são armas nas mãos do ocupante, mas sim propriedades sob seu próprio controle. Essa dualidade, presente e recorrente até a atualidade, é representada nas palavras de Shahd Wadi (2010): "Será que estes corpos se tornaram em cinza (leia-se: *silêncio*) ou será que se tornaram numa explosão (leia-se: *resistência*)?".

"Mas será que a disciplina patriarcal e colonial transformou os corpos das mulheres palestinianas em corpos 'dóceis'? Ou será que esses corpos sob a opressão da máquina de poder rebentaram e se tornaram 'explosivos'?" (WADI, 2010).

O futuro das mulheres na Palestina depende do apoio contínuo e do fortalecimento dessas iniciativas. Assim, a resiliência das mulheres palestinas é notável, e suas histórias de superação são uma fonte de esperança. É crucial que a comunidade internacional e os

esforços locais continuem a se unir para apoiar essas mulheres, proporcionando-lhes as ferramentas e o apoio necessários para construir um futuro melhor.

### ***Her Kerchief, her feet and body, Palestinian***

As altas taxas de natalidade e o grande número de nascimentos registrados na Palestina levam a crer que existe uma intencionalidade por trás desses números: "dar à luz é visto por muitas mulheres palestinas como um ato de desafio, um ato de resistência e como uma forma de lidar com sua terrível dor." (ABU-DUHOU, 2003) Essa hipótese traz às palestinas agência na luta revolucionária pela libertação de seu povo, contrariando a tese de que as mulheres palestinas têm muitos filhos apenas por questões culturais. As políticas reprodutivas na palestina são complexas, pois traduzem a interconexão existente entre a cultura e o nacional quando colocam o corpo feminino como um instrumento da nação na sua luta por reconhecimento. Como Nira Yuval-Davis e Floya Anthias afirmam:

Elas [as mulheres] não apenas significam a nação, mas também a incorporam como sujeitos, como autoras que narram a nação, como participantes e líderes na luta nacionalista e como aquelas que geram e criam filhos para os projetos do Estado-nação. (1989)

Mesmo que a natalidade coloque as mulheres palestinas em uma posição de agência na contribuição da luta nacional, é preciso se olhar para o outro lado do nexo resistência e natalidade. Na Palestina, "a maternidade tem sido exaltada tanto nos contextos políticos e culturais (...) a mãe que pode gerar filhos para a revolução." (ABU-DUHOU, 2003, p.85) No entanto, o papel dessas mulheres, muitas vezes, é reduzido à produção de filhos, o que demonstra uma instrumentalização do corpo da mulher na luta nacional. Nesse contexto, a mulher se torna tanto um objeto de resistência - um "útero com duas pernas" (WADI, 2010) - quanto tem seu corpo controlado por meio dessa imposição da natalidade.

A instrumentalização da natalidade não é uma novidade em questões de disputa territorial, principalmente no conflito entre Israel e Palestina, que é visto como um conflito demográfico. Líderes das duas nações já realizaram discursos frisando que um dos fatores determinantes para a vitória no conflito seria a demografia. Israel, pela ameaça que as altas taxas de natalidade palestina representam, incentiva as mulheres a terem filhos. Além do alto número de tratamentos de fertilidade e do seguro nacional que cobre as despesas oriundas do processo de gravidez, Israel é o único país no mundo que realiza a cobertura

para tratamentos de inseminação artificial para mulheres solteiras e tem uma lei favorável ao uso de barrigas de aluguel.

A Palestina também se utiliza da tática do incentivo à natalidade como forma de auxiliar sua luta por liberdade mas, essa não é uma iniciativa que parte apenas das mulheres palestinas. A sociedade palestina é marcadamente patriarcal, com uma delimitação bem clara dos papéis de gênero, o que se traduz, também, nas lutas de resistência. Enquanto os meninos, desde cedo, passam por ritos de passagem para atuarem na linha de frente do combate à Israel (PETEET, 1994), as mulheres recebem a atribuição de serem as "mães da nação" (JAD, 2008). O que acontece, é uma instrumentalização do corpo da mulher palestina a serviço da resistência como uma resposta nacional à crise vigente. A natalidade serve como essa ferramenta para resistir à ocupação israelense mas, também, "reforçar a subordinação das mulheres por meio da mobilização de suas funções reprodutivas a fim de reforçar e reproduzir a identidade paterna da nação" (ABU-DUHOU, 2003, p.88).

O corpo das mulheres palestinas é utilizado como uma arma de guerra pelo movimento nacionalista palestino. No cenário político da Palestina, o corpo da mulher é visto como sagrado, pois é ele quem é o responsável por gerar os filhos que um dia servirão aos movimentos de libertação palestinos. Assim, observamos que existe uma equivalência na importância de homens e mulheres na resistência em prol do reconhecimento do Estado palestino (JAD *apud* LOOMBA, 1998). É possível perceber esse local central que a mulher palestina por falas de líderes políticos, como Yasser Arafat e Ahmad Yassin, que, respectivamente, veem as mulheres como as mães da nação e devem ser responsáveis por gerar filhos e os educarem de acordo com o Islã.

O papel ao qual as mulheres palestinas são designadas, o de mãe, é visto com orgulho e incentivado por diversas palestinas, que se sentem realizadas pela contribuição que oferecem à luta nacional. As mulheres que partilham desse sentimento são agentes da sua própria resistência: o protagonismo político é delas, o desejo de ter filhos parte da sua vontade de contribuir para um possível futuro de independência de sua terra. Esse sentimento tanto ocorre por trazer ao mundo palestinos que ocuparão fisicamente a região - fator muito importante nessa disputa territorial - quanto por darem à luz a futuros combatentes, o que traz ideia de um útero militar, que, literalmente, vai parir soldados palestinos que lutarão contra os israelenses.

No entanto, essa importância da maternidade também é alvo de críticas pelas palestinas, visto que muitas sentem ser sua obrigação serem mães e entregarem seus filhos à luta, reconhecendo que seu corpo é instrumentalizado pelo nacionalismo palestino. Essa crítica, entretanto, é pouco externalizada por medo; medo de serem tachadas como antipatriotas e medo de perderem o único lugar que lhes foi designado na resistência. As poucas mulheres que se levantam contra essa conjuntura correm o risco de serem vistas como traidoras. Desse modo, podemos observar os efeitos negativos que a instrumentalização do corpo feminino trás, o que é amplificado quando se debruça sobre a questão da "cultura da honra".

Na cultura árabe, a questão da honra está ligada tanto ao corpo masculino quanto ao feminino: para manter o corpo das mulheres honrados, os homens devem protegê-lo (WADI, 2010). A honra do corpo feminino se relaciona ao contato físico com homens que não são conhecidos, o que se traduz a homens que não são os pais, irmãos ou maridos dessas mulheres. As mulheres que por ventura têm contato com homens desconhecidos, não são mais vistas como honradas e, desse modo, não possuem possibilidade de se casarem e gerarem filhos para a revolução. Israel tem conhecimento da importância da cultura da honra na sociedade palestina e a utiliza como arma de combate aos palestinos.

Para além do estupro das mulheres palestinas, que "desqualifica" "as mulheres de poderem reproduzir legalmente os 'filhos da Palestina'" (ABU-DUHOU, 2003, p.88), o aprisionamento dessas mulheres também serve de instrumento para violação da honra dessas mulheres. Os abusos sexuais são comuns nas prisões israelenses, e ele é conjugado com uma violência política que mira a honra dessas mulheres. Essa violência pode se traduzir em situações em que os soldados de Israel as fazem admitir que são "putas", como conta a autobiografia "Ahlam Bel Horia" de Odeh (2007), seja com a mutilação dos corpos dessas mulheres, como ocorreu com Hind, que teve uma de suas mamas cortadas na cadeia (WARNOCK, 1990).

Prisioneiras palestinas saem da prisão e não são mais vistas como mulheres de honra, mulheres que podem se casar e gerar filhos para "entregar a revolução". Excluir a possibilidade de um casal de palestinos, acaba por excluir o nascimento de um futuro combatente, o que beneficia Israel. Mulheres que foram mutiladas também passam por essa situação, pois na sociedade árabe, como na sociedade Ocidental, o corpo feminino é visto como um "objeto bonito" (WADI, 2010) que deve ser protegido das marcas de violência. Um corpo mutilado e marcado não é visto como um corpo digno de ser desposado. Por

meio dessas táticas, Israel tenta tirar dessas mulheres o seu único papel de resistência na sociedade palestina: o de ser mãe.

No entanto, existe um movimento que busca recuperar o papel dessas mulheres violadas e mutiladas dentro da luta política, com uma expansão do lugar da mulher palestina na sociedade patriarcal em que habitam. As mulheres palestinas, no processo de recuperação do domínio sobre os seus corpos, utilizam seus corpos como "uma linguagem e uma narrativa para descrever a ocupação" (WADI, 2010, p.86). Essa narrativa é o seu novo objeto de luta, para além da maternidade, que busca resistir tanto à Israel quanto à instrumentalização dos seus corpos pelo nacionalismo palestino.

Uma das formas pela quais isso ocorre é por uma subversão do padrão normativo palestino, que busca esconder relatos de violações sexuais das suas mulheres. A publicização de casos de estupro, por exemplo, fez com que essas mulheres se livrassem das amarras do medo e da vergonha sendo transformadas em heroínas. O caso da ex-prisioneira Arafa (MHANA *apud* WADI, 1992) se enquadra nesse panorama: ao sair da cadeia, onde foi violada, ela foi bem recebida pela sua família e foi convidada a apertar a mão de homens, o que tirava o quesito físico da perda de honra. Desse modo, mesmo sendo prisioneira e tendo tocado em homens desconhecidos, Arafa continuava sendo uma mulher honrada - a honra se deslocava de um campo físico para um campo de patriotismo.

O que observamos, ao fazer uma leitura crítica da relação entre natalidade e a resistência na Palestina, é que as mulheres se encontram entre dois perigos: o patriarcado palestino e a ocupação israelense. A parte da luta nacional que é reservada às palestinas é a de "reprodutoras da nação", o que gera um controle dos "direitos reprodutivos dessas mulheres ao encorajá-las a terem filhos que vão se tornar membros da luta nacional." (ABU-DUHO, 2003, p.86) No contexto em que estão inseridas, as mulheres palestinas não lutam apenas pelo direito de existir em sua terra, mas, também, pelo direito de mudarem o seu papel dentro da resistência.

Na Palestina, um número significativo de mulheres casadas relata casos de violência doméstica. De acordo com o PCBS, em 2019, 57% dessas mulheres afirmaram terem sido vítimas de abuso psicológico pelo menos uma vez, enquanto 41% sofreram abuso econômico. Dentre essas, mais de 60% informaram nunca ter contado a ninguém sobre os abusos.

Ainda pela percepção da entrevistada, Rima Awada, o Estado de Israel - considerado por ela um violador sistemático dos direitos humanos da população palestina -

descumpre permanentemente os poucos tratados de direitos humanos que assinou e mantém as mulheres palestinas prisioneiras políticas em condições desumanas e degradantes, se não sob tortura, descumprindo reiteradamente as normas de direitos humanos.

Além disso, "sérios problemas de superlotação são uma realidade, e as prisioneiras políticas palestinas são colocadas com o resto das prisioneiras israelenses, permitindo que sejam ameaçadas, humilhadas e agredidas. Esta prática viola, por exemplo, o princípio estabelecido na RB 41, que afirma que a classificação e a colocação de mulheres presas devem levar em conta seus antecedentes e os efeitos particularmente prejudiciais do encarceramento sobre sua saúde e integridade", explica a psicóloga.

Essas condições causam alterações nos ciclos menstruais, doenças de pele, rins, cardiovasculares e oculares e uma grave deterioração da saúde mental, entre outras consequências. Há também queixas de ameaças de estupro, incluindo a ameaça a membros da família, bem como insultos raciais e de gênero vexatórios e degradantes, como os sofridos pela ativista Ahed Tamimi durante o interrogatório na prisão.

O Estado de Israel está violando as normas internacionais estabelecidas pelas Nações Unidas com relação às mulheres prisioneiras, sujeitando as prisioneiras políticas palestinas a condições desumanas e degradantes impunemente. As mulheres periféricas brasileiras e palestinas sofrem com o racismo, o encarceramento e o luto pela perda de seus filhos e companheiros pela repressão policial e militar, e firmar tais acordos, irá reforçar e ampliar a opressão das mulheres lá na Palestina e aqui no Brasil.

Outra prática comum em Jerusalém desde 1967 é a transferência forçada, visando a diminuição da população palestina na região. Medidas adotadas pelos israelenses incluem a revogação do status de residência de pelo menos 14.200 palestinos, a negação de licenças de construção, a demolição de casas palestinas e a recusa em emitir certidões de nascimento para recém-nascidos palestinos. Situadas como estrangeiras/invasoras em suas próprias terras nativas, consideradas uma população demograficamente indesejável e vistas como reprodutoras de palestinos, as mulheres palestinas (e seus filhos, nascidos ou não) são especialmente vulneráveis a essas políticas (KEVORKIAN, 2015).

### ***'Palestinian she was and still is'***

A questão entre Israel e Palestina nasce muito antes de 1948, com raízes em um tempo anterior ao nascimento de Cristo. Ao longo dos séculos, o conflito que se

estabeleceu entre as duas partes passou por diversas modificações, o que se reflete, como este briefing buscou mostrar, nas formas de resistência utilizadas. Pela centralidade da questão demográfica na questão, o incentivo à natalidade se faz presente dos dois lados. Nesse quesito, é possível observar altas taxas de natalidade e de fertilidade no território palestino, o que é refletido em altos números de nascimentos totais.

Portanto, ao fim desse trabalho, o que podemos inferir é que a instrumentalização do corpo palestino existe e é mobilizado pelas mulheres palestinas a fim de que sejam partes da luta pela libertação palestina, pelos representantes políticos da Palestina que incentivam a natalidade como forma de perpetuação da comunidade, mas também pelas forças armadas israelenses, que retratam as mulheres da Palestina e seus úteros (assim como seus bebês) como o maior empecilho para que eles alcancem seus objetivos nessa guerra.

A realidade das mulheres palestinas, principalmente no contexto do conflito atual, é definida por desafios e resiliência em meio a conflitos prolongados e ocupação. As altas taxas de fertilidade e os esforços de Israel para controlar a natalidade palestina refletem a complexa dinâmica de poder na região. As mulheres palestinas enfrentam uma "cultura de vergonha" que esconde e regula seus corpos, mas transformaram essa narrativa em uma forma de resistência política, utilizando seus corpos como símbolos de luta contra a ocupação e o patriarcado.

Além disso, a participação crescente das mulheres na educação e no mercado de trabalho demonstra seu papel essencial na sociedade palestina. A luta das mulheres pela igualdade de gênero e seus esforços para desafiar as limitações culturais e estruturais são evidentes. Elas continuam a superar obstáculos e a desempenhar papéis vitais, tanto na esfera pública quanto privada, moldando o futuro de suas comunidades e fortalecendo a resistência palestina através de sua determinação e coragem.

Entendendo a centralidade da agência das mulheres nesse cenário, se faz necessário refletir como a população feminina é apagada dentro de suas próprias narrativas, por questões estruturais ou por opção adversária, e, diante de sua luta por maiores direitos dentro da sociedade palestina, a essencialidade de uma mudança no cenário em questão - que as prejudica e negligencia sua potencialidade nas participações da comunidade - mostra-se cada vez mais notória.

As mulheres palestinas, portanto, através da maternidade, assumem um papel crucial na luta pela libertação, tornando seus corpos instrumentos da nação. No entanto,

essa instrumentalização reforça a subordinação das mulheres, reduzindo-as ao papel de "mães da nação". Esse controle reprodutivo é uma resposta tanto à ocupação israelense quanto ao patriarcado palestino, evidenciando a complexidade das políticas reprodutivas na região.

Além disso, a questão da honra e a instrumentalização e materialização do corpo feminino na Palestina são agravadas pelo conflito. As práticas de aprisionamento e abuso sexual das mulheres palestinas, como apresentado anteriormente, são táticas usadas para desqualificá-las como reprodutoras, afetando diretamente a luta demográfica. Essas violações são reconhecidas como parte de uma estratégia mais ampla para diminuir a população palestina e controlar a resistência. Portanto, a luta das mulheres palestinas vai além da questão territorial, abarcando também a reivindicação por um papel mais amplo e menos subordinado na resistência nacional.

Ao considerar a situação atual, em que a possibilidade de uma resolução pacífica parece se afastar a cada dia, se torna imprescindível voltar a atenção para a realidade feminina na região. Os ataques do Hamas em outubro de 2023 foram o pontapé para o início de uma nova escalada na região. Como foi demonstrado neste presente trabalho, conflitos entre palestinos e israelenses têm impactos no número de nascidos e nas taxas de natalidade e fertilidade na Palestina. O conflito atual começou a pouco tempo, o que impossibilita a obtenção desses números. Desse modo, só será possível realizar uma correlação entre o atual embate na região e as questões relacionadas à natalidade após o fim deste - que parece longínquo.

Nesse contexto, de um conflito marcado pelo masculino e o patriarcado, as vozes femininas são apagadas, relegadas à função de gerar novos homens para a resistência. O papel da mulher palestina continua a ser atrelado ao homem palestino, seja como aquela que o mantém, realizando os trabalhos domésticos enquanto esse resiste - com armas ou na luta política -, ou seja como aquela que o gera. Mesmo que exista um movimento de mulheres palestinas que tenham orgulho de seu papel como "mães da nação" e realizam esse movimento de forma consciente, é inegável a utilização dos corpos dessas mesmas mulheres como uma simples máquina de reprodução.

As mulheres palestinas podem ter dificuldade em sair desse papel que lhes foi atribuído de mães, mas, nota-se um movimento organizado que busca posicionar essas mulheres em novos papéis na luta nacional. O movimento que tais mulheres promovem serve para um questionamento mais amplo: há décadas, são homens que se sentam na mesa

de negociação com o intuito de resolver a questão, não seria, agora, a hora das mulheres assumirem essa responsabilidade? Não seria essa a hora de a comunidade internacional, e os próprios povos palestino e israelense, darem essa oportunidade às suas mulheres?

## **BOX**

**BOX 1: Taxa bruta de natalidade:** Número de nascidos vivos em um determinado período dividido pela pessoa-ano vivida pela população durante esse período. (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais - Divisão Populacional)

(<https://population.un.org/dataportal/data/indicators/19,74,73,55,68,17,18,56,58,57/locations/275/start/1987/end/2024/metadata/metadaindicators?df=9b609a1c-5e45-4c5e-a5db-13a37a46d631>)

**BOX 2: Taxa de fertilidade total (TRF):** O número de filhos que nasceriam de uma mulher se ela vivesse até o final de sua idade fértil e tivesse filhos de acordo com as taxas de fertilidade específicas por idade observadas atualmente (Grupo Banco Mundial).

([https://databank.worldbank.org/metadataglossary/world-development-indicators/series/SP.DYN.TFRT.Q1#:~:text=Total%20fertility%20rate%20\(TFR\)%3A,specific%20fertility%20rates%20currently%20observed.](https://databank.worldbank.org/metadataglossary/world-development-indicators/series/SP.DYN.TFRT.Q1#:~:text=Total%20fertility%20rate%20(TFR)%3A,specific%20fertility%20rates%20currently%20observed.))

**BOX 3: Nascimentos totais:** Número de nascidos vivos em um determinado período (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais - Divisão Populacional).

(<https://population.un.org/dataportal/data/indicators/19,74,73,55,68,17,18,56,58,57/locations/275/start/1987/end/2024/metadata/metadaindicators?df=9b609a1c-5e45-4c5e-a5db-13a37a46d631>)

**BOX 4: Resistência:** esforço feito para impedir ou lutar contra alguém ou alguma coisa (Britannica Dictionary) (<https://www.britannica.com/dictionary/resistance>)

## **Referências**

ABU-DUHOU, Jamileh. Motherhood as ‘an Act of Defiance’: Palestinian women's reproductive experience. *Development*, [S.l.], v. 46, n. 2, p. 85-89, jun. 2003. Springer Science and Business Media LLC.

ALLOUCHE, Yasmina. Lembrando a Primeira Intifada. 2023. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/2023/12/09-relembrando-a-primeira-intifada-2/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. Broken lives – a year of intifada. Oxford: The Alden Press, 2001. 62 p. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/06/mde150832001en.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. Determinants and Consequences of High Fertility: a synopsis of the evidence. 2010. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/389381468147851589/pdf/630690WP0P10870nants0pub08023010web.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BBC. Hamas: o que é o grupo palestino que enfrenta Israel. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqq726xz7dpo>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BBC. Intifada: o que significa a palavra usada nos protestos contra guerra de Israel em Gaza. GHADA NASSEF. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj5lnr697q6o>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BTSELEM. Fatalities: All data. Disponível em: <https://statistics.btselem.org/en/all-fatalities/by-date-of-incident?section=overall&tab=overview>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BTSELEM. Fatalities in the first Intifada. Disponível em: [https://www.btselem.org/statistics/first\\_intifada\\_tables](https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables). Acesso em: 21 jun. 2024.

CAPIRE. As mulheres palestinas e a soberania territorial. Disponível em: <https://capiremov.org/analises/as-mulheres-palestinas-e-a-soberania-territorial/#:~:text=%C2%B9%20Sumud%20significa%20%E2%80%9Cfirmeza%E2%80%9D%20ou,dos%20Seis%20Dias%2C%20em%201967>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARÁ - CESUPA. A criação do Estado de Israel e um estado único como solução dos conflitos. STEPHAN FERNANDES HOUAT. 2006.

DARWISH, Mahmoud. A Lover from Palestine. Poem Hunter. Disponível em: <https://www.poemhunter.com/poem/a-lover-from-palestine/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DAWOOD, Layla. O Acordo de Meca e a formação de um governo de unidade nacional palestino. Análise Segurança, 28 de fevereiro de 2007.

EL PAÍS. A terceira ofensiva contra a Faixa de Gaza desde que o Hamas controla o território. Madri, p. 99-100, jul. 2014. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/08/internacional/1404808891\\_798138.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/08/internacional/1404808891_798138.html).

Acesso em: 22 jun. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Nasce 1 bebê a cada 10 minutos em meio à guerra em Gaza, diz ONU. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/nasce-1-bebe-a-cada-10-minutos-em-meio-a-guerra-em-gaza-diz-onu.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

G1. Israel declara guerra após ataque do Hamas; conflito deixa mais de 500 mortos. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/07/israel-conflito-faixa-de-gaza-hamas.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

HASAN, Hanaa. Relembrando a Segunda Intifada. 2019. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20190928-relembrando-a-segunda-intifada/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES. Fatalities: All data. Disponível em: <https://statistics.btselem.org/en/all-fatalities/by-date-of-incident?section=overall&tab=overview>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES. Fatalities in the first Intifada. Disponível em: [https://www.btselem.org/statistics/first\\_intifada\\_tables](https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables). Acesso em: 21 jun. 2024.

JAD, Islah. Women at Crossroads: Palestinian women's movements between nationalism, secularism and islamic identity. Ramallah: Muwatin – The Palestinian Institute For The Study Of Democracy, 2008. 256 p.

KHALIDI, Rashid. The Hundred Years' War on Palestine. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2020.

OFFICE OF THE HISTORIAN. The Oslo Accords and the Arab-Israeli Peace Process. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1993-2000/oslo>. Acesso em: 21 jun. 2024.

OLIVEIRA, Luciana G. A Mulher Palestina e os Direitos Humanos. Revista Zunái, Ano VII, Ed. XXV, Ago 2012. Disponível em: [http://www.revistazunai.com/editorial/25ed\\_mulherpalestina\\_lucianagarciadeoliveira.htm](http://www.revistazunai.com/editorial/25ed_mulherpalestina_lucianagarciadeoliveira.htm). Acesso em: 05 jul. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Gustavo de. Das intifadas aos dias atuais. 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/intifadas-palestina/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS) Presents the Conditions of the Palestinian Population on the Occasion of the World Population Day. Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS), 2023. Disponível em: [https://www.pcbs.gov.ps/portals/\\_pcbs/PressRelease/Press\\_En\\_IntPopulationDy2023E.pdf](https://www.pcbs.gov.ps/portals/_pcbs/PressRelease/Press_En_IntPopulationDy2023E.pdf). Acesso em: 04 jul. 2024.

OUR WORLD IN DATA. Population, 2000 to 2021 - Palestine. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/population?time=2000..latest&country=~PSE>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PETEET, Julie. Male gender and rituals of resistance in the Palestinian intifada: a cultural politics of violence. *American Ethnologist*, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 31-49, fev. 1994. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1525/ae.1994.21.1.02a00020>.

BALDIN, Vitória P; RAMOS, Daniela. Jornalismo e mulheres na palestina: desafios em perspectiva coconstitutiva. v. 21. Universidade de São Paulo, 2023.

PODER360. Número de palestinos mortos na Faixa de Gaza passa de 30.000. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/numero-de-palestinos-mortos-em-gaza-passa-de-30-000/#:~:text=O%20Ministério%20da%20Saúde%20da%20Palestina%2C%20controlado%20pelo%20Hamás%2C%20afirmou,na%20Cisjordânia%20ocupada%2C%20somando%2030.449>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PUAR, Jasbir K. *The Right to Maim: debility, capacity, disability*. Durham: Duke University Press Books, 2017. 296 p.

SANTOS, Pamela Camarano Ferraz dos. *O Feminismo Na Segurança Internacional: O Conflito Palestino-Israelense Sob A Lente Da Mulher Palestina*. Monografia (Especialização) - Curso de Política e Relações Internacionais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fespsp.org.br/items/5d03864a-fcfa-4b4c-8aa5-f4df42bb75eb>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HAMID, Sônia C. *Ser palestina no Brasil: memórias de guerra, experiências de gênero*. Brasília: Imprensa Nacional, 2009.

SEXTA JORNADA DE MEDIO ORIENTE / SIXTH CONFERENCE ON THE MIDDLE EAST. Entre la resistencia y el terrorismo. Víctor de Currea-Lugo. Ponencias, p. 1-17.

UNITED NATIONS. Data Portal: Indicators. Disponível em: <https://population.un.org/dataportal/data/indicators/19,74,73,55,68,17,18,56,58,57/location/s/275/start/1987/end/2024/metadata/metadataindicators?df=9b609a1c-5e45-4c5e-a5db-13a37a46d631>. Acesso em: 7 jul. 2024.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Population Prospects: The 2022 Revision, custom data acquired via website. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

WARNOCK, Kitty. Land Before Honour: Palestinian women in the occupied territories. Londres: Red Globe Press London, 1990.

YEGENOGLU, Meyda. Colonial Fantasies. Towards a Feminist Reading of Orientalism. New York: Cambridge University Press, 1999.

YUVAL-DAVIS, Nira; ANTHIAS, Floya (ed.). Woman-Nation-State. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1989.

YASMIN, Mohammed. O Movimento Nacional Palestino e a Luta por um Estado Soberano. Pós-Graduando em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Recebido em: 06 set. 2014. Aceito em: 23 out. 2014.